

CONTRATO OCS Nº 495/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM AGÊNCIA
ESPECIAL DE FINANCIAMENTO
INDUSTRIAL – FINAME E A SERASA S.A.,
NA FORMA ABAIXO:

A **AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME**, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta Cidade do Rio de Janeiro (RJ), na Av. República do Chile, nº 100, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.660.564/0001-00, doravante denominada simplesmente **FINAME**, neste ato representada na forma do seu Regulamento, e a **SERASA S.A.**, sociedade anônima, com sede na Alameda dos Quinimuras, nº 187, Planalto Paulista, São Paulo (SP), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 62.173.620/0001-80, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, celebram o presente **CONTRATO**, em conformidade com o procedimento de inexigibilidade de licitação nº 193/2014, publicado no D.O.U., seção 3, pág. 185, de 24/12/2014, e com fundamento no artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993 e na decisão proferida em 22/12/2014, no âmbito da IP AC/DEREC nº 33/2014, de 16/12/2014, observada a previsão orçamentária sob a rubrica de nº 3102100020 e o disposto na legislação em vigor, tendo entre si, justo e acordado o que se contém nas seguintes **CLÁUSULAS**:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente **CONTRATO** tem por objeto a prestação dos serviços descritos nas especificações constantes do Projeto Básico e da Proposta da **CONTRATADA**, respectivamente, **ANEXOS I e II** a este Instrumento, compreendendo:

- I. Fornecimento de módulo de serviços on-line e/ou Internet SISCONVEM – Sistema de Manutenção de Dados de Convênios, destinado a permitir a inclusão, exclusão e consulta de anotações relativas às dívidas vencidas e não pagas de devedores da **FINAME** e seus coobrigados, no banco de dados REFIN – Pendências Bancárias, que reúne informações sobre inadimplência inseridas por outras instituições financeiras e equiparadas;
- II. Controle da manutenção da inscrição dos devedores da **FINAME** pelo prazo máximo permitido em bancos de dados desta natureza, de acordo com o que definido atualmente pelo direito positivo e pela Súmula 323 do Superior Tribunal de Justiça e/ou outras disposições que venham a lhes suceder, e

CONTRATO OCS Nº 495/2014

Cesar Santos Rodrigues
Advogado
AA/DEJUR/GEJUR2



III. Notificação formal e escrita dos devedores cujas anotações de inadimplência sejam realizadas pela **FINAME**.

Parágrafo Primeiro

A utilização dos serviços descritos nesta cláusula dar-se-á em conformidade com o manual do produto, o qual, entregue à **FINAME** no ato da assinatura do presente **CONTRATO**, contempla os conceitos e as instruções para acesso ao sistema.

Parágrafo Segundo

A **FINAME** fornecerá à **CONTRATADA**, a fim de compor a base de dados do REFIN - Pendências Bancárias, os registros de títulos ou dívidas vencidos e não pagos, relativamente a seus clientes, pessoas naturais e jurídicas, no prazo máximo de 02 (dois) meses, contado da data da assinatura do presente **CONTRATO**.

Parágrafo Terceiro

Fica a **CONTRATADA** autorizada a transcrever em meio físico, quando houver necessidade, todos os dados relativos a títulos ou dívidas vencidos e não pagos que a **FINAME** tenha lhe comunicado para anotação em seu banco de dados.

Parágrafo Quarto

Sem prejuízo da comunicação devidamente formalizada, feita pela **FINAME** ao seu devedor, a **CONTRATADA** enviará correspondência a todas as pessoas naturais ou jurídicas, informando-as do pedido de inclusão de pendências bancárias de sua responsabilidade na base de dados da **CONTRATADA**.

Parágrafo Quinto

A **FINAME** informará, com o escopo de possibilitar a correta destinação da correspondência, pela **CONTRATADA**, o endereço completo de seus devedores.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

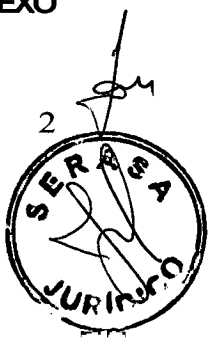
O **CONTRATO** terá a duração de 30 (trinta) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O objeto será executado mediante disponibilização de “Contas-Logon” e cadastramento de senhas para acesso à base de dados da **CONTRATADA**, diretamente das próprias dependências da **FINAME**, no Rio de Janeiro (Av. Republica do Chile nºs 100 e 330, Centro, Rio de Janeiro/RJ), observadas as condições descritas no item III do Projeto Básico, **ANEXO I ao CONTRATO**.

CONTRATO OCS Nº 495/2014


Cesar Santos Rodrigues
Advogado
AA/DEJUR/GEJUR2



Parágrafo Primeiro

A **CONTRATADA** fornecerá gratuitamente os *layouts* para transmissão eletrônica de dados e para comunicação com os computadores da **FINAME**, responsabilizando-se pela integridade dos dados recebidos da **FINAME**.

Parágrafo Segundo

A **FINAME** poderá incluir, excluir e consultar os registros por ela efetuados com recursos próprios, mediante "Contas-Logon" e senhas exclusivas e individuais de uso pessoal, intransferível e de conhecimento exclusivo do respectivo usuário.

Parágrafo Terceiro

A **FINAME** responsabiliza-se, por si, seus empregados e/ou prepostos, pelo resguardo de suas senhas, não as repassando a terceiros, inclusive à **CONTRATADA**, sob qualquer hipótese.

Parágrafo Quarto

A **CONTRATADA**, com vistas a garantir a necessária segurança na utilização das senhas, reserva-se o direito de, independentemente de prévio aviso, bloquear a "Conta-Logon" ou reinicializar o processo de cadastramento de novas senhas.

Parágrafo Quinto

A **CONTRATADA** poderá oferecer à **FINAME** "Contas-Logon - Master" que permitam o acesso ao sistema de gestão do **CONTRATO** ora ajustado.

Parágrafo Sexto

Na hipótese prevista no "caput" desta cláusula, a **FINAME** poderá, por meio da internet, consultar as faturas emitidas em razão desta prestação de serviços, obter demonstrativos das consultas por ele realizadas, controlar o protocolo de recebimento das "Contas-Logon" e ter acesso a quaisquer outros recursos que venham a ser introduzidos pela **CONTRATADA** no referido sistema.

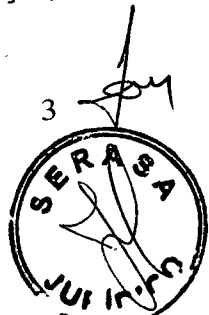
CLÁUSULA QUARTA - PREÇO

A **FINAME** pagará à **CONTRATADA**, pela execução dos serviços ora contratados, o valor global de até R\$ 14.051,25 (quatorze mil, cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos), conforme proposta apresentada (**ANEXO II**) e estimativa de serviços realizada pela **FINAME**, observadas o disposto na **CLÁUSULA QUINTA** deste Instrumento, e a seguinte composição:

- I. R\$ 6.000,00 (seis mil reais), correspondente a 30 (trinta) prestações mensais de R\$ 200,00 (duzentos reais), cada, a ser pago a título de taxa de administração, independente da utilização deste durante toda a vigência do **CONTRATO**.

CONTRATO OCS Nº 495/2014

Cesar Santos Rodrigues
Advogado
AA/DEJUR/GEJUR2



- II. Até R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais), correspondente a um total estimado de até 2.500 (duas mil e quinhentas) inclusões processadas ao valor unitário de R\$ 2,04 (dois reais e quatro centavos) durante o prazo do **CONTRATO**, compreendendo o valor de R\$ 0,79 (setenta e nove centavos) relativo à anotação REFIN – Pendências Bancárias e de R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos), pertinente a despesas com postagem do Comunicado REFIN ao devedor, sendo que este último, por ser um mero repasse do valor cobrado da **CONTRATADA** pelos Correios, pode sofrer variações em decorrência do reajuste da tabela fixada pela empresa pública que presta os serviços postais; e
- III. Até R\$ 2.951,25 (dois mil, novecentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos), correspondente ao serviço Concentre Ofício - SISCONVEM Internet, para o fornecimento, quando solicitado pela **FINAME**, de formalização das inclusões de devedores realizados pelos clientes na base de dados da **CONTRATADA**, a fim de comprovar a inclusão ou exclusão do devedor, em determinada data, mediante a impressão de "carta formal" para apresentação em juízo, ao custo unitário de R\$ 23,61 (vinte e três reais e sessenta e um centavos), estimado em 5% (cinco por cento) do total previsto de inscrições a serem processadas.

Parágrafo Primeiro

Caso a **FINAME** não demande o total de serviços previstos nos incisos desta **CLÁUSULA**, não será devida indenização à **CONTRATADA**, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo

Os valores variáveis, fixados nos incisos II e III, serão apurados mensalmente, de acordo com a quantidade de inclusões/consultas efetivamente demandada pela **FINAME**.

Parágrafo Terceiro

No valor ajustado nesta **CLÁUSULA** estão incluídos todos os insumos e os tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, previdenciários e encargos trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste **CONTRATO** não expressamente previstas nesta **CLÁUSULA**.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **FINAME** efetuará o pagamento do objeto deste **CONTRATO** por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação da Nota Fiscal / Fatura emitida pela **CONTRATADA**, em razão do serviço prestado no mês de referência respectivo, desde que o Gestor do **CONTRATO**, referido na **CLÁUSULA OITAVA** abaixo, tenha atestado o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**.

CONTRATO OCS Nº 495/2014


Cesar Santos Rodrigues
Advogado
AA/DEJUR/GEJUR2

4



52
780

Parágrafo Primeiro

Para toda efetivação de pagamento, a **CONTRATADA** deverá apresentar no mínimo 2 (duas) vias do documento fiscal, quando emitido em papel, ao Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de Janeiro – EDSEJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031-917, no período compreendido entre 10h e 18h, ou encaminhar o documento fiscal, quando emitido eletronicamente, à caixa de e-mail nfe@bndes.gov.br.

Parágrafo Segundo

A Nota Fiscal / Fatura deverá conter as seguintes informações:

- I. número desta Ordem de Compra / Serviço (OCS),;
- II. descrição do objeto executado e dos respectivos valores;
- III. período de referência da execução do objeto;
- IV. nome e CNPJ da **CONTRATADA**;
- V. nome e número do banco e da agência, bem como número da conta corrente da **CONTRATADA**;
- VI. nome e CNPJ do tomador dos serviços, quais sejam: **AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME – FINAME** e 33.660.564/0001-00; e
- VII. local de execução do objeto.

Parágrafo Terceiro

À Nota Fiscal / Fatura, deverão ser anexadas as certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas para contratação, em consonância com o disposto na **CLÁUSULA SÉTIMA**, inciso I, deste Instrumento.

Parágrafo Quarto

Caso a **FINAME** considere que há algum equívoco na Nota Fiscal / Fatura, devolverá o documento à **CONTRATADA**, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove o acerto dos dados contestados.

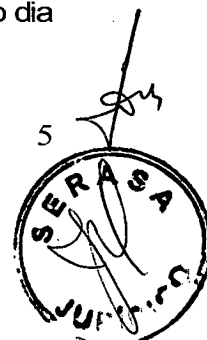
Parágrafo Quinto

Caso a **FINAME** não efetue o pagamento na forma prevista nesta **CLÁUSULA**, em decorrência de fato não atribuível à **CONTRATADA**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

CONTRATO OCS Nº 495/2014


Cesar Santos Rodrigues
Advogado
AA/DEJUR/GEJUR2





CLÁUSULA SEXTA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

A **FINAME** e a **CONTRATADA** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, em consonância com o art. 37, XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante revisão ou reajuste de preços.

Parágrafo Primeiro

A revisão de preços, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/1993, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

- I. A **CONTRATADA** deverá formular à **FINAME** requerimento para a revisão do **CONTRATO**, comprovando a ocorrência do fato gerador alegado;
- II. Com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da Proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor global pactuado; e
- III. A **FINAME** examinará o requerimento e informará à **CONTRATADA** quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Segundo

O reajuste dos valores descritos nos incisos I, II e III da **CLÁUSULA QUARTA**, ressalvado o disposto no Parágrafo Oitavo desta **CLÁUSULA**, poderá ser requerido pela **CONTRATADA** a cada período de 12 (doze) meses, iniciando-se o primeiro deles na data de assinatura deste Instrumento, e os seguintes, do fato gerador anterior, sendo adotado, para cálculo dos novos valores, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no período respectivo, segundo divulgação feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo Terceiro

A **CONTRATADA** deverá solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços até a prorrogação ou encerramento do **CONTRATO**, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo à data de ocorrência do fato gerador, observando-se as seguintes exceções:

- I. Caso o fato gerador do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias da prorrogação ou encerramento do **CONTRATO**, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços;

CONTRATO OCS Nº 495/2014


Cesar Santos Rodrigues
Advogado
AA/DEJUR/GEJUR2

- II. Caso a divulgação do índice de reajuste ocorra após a prorrogação ou encerramento do **CONTRATO**, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da aludida divulgação, para solicitar o reajuste de preços;

Parágrafo Quarto

Caso a **CONTRATADA** não solicite o reajuste e/ou a revisão de preços nos prazos fixados no Parágrafo anterior, não fará jus aos efeitos retroativos, sendo a única e exclusiva responsável pelos prejuízos daí decorrentes.

Parágrafo Quinto

A **FINAME** deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação feita pela **CONTRATADA**, sendo que, se houver alguma omissão ou irregularidade no pedido, especialmente no que diz respeito à comprovação dos fatos alegados como ensejadores da revisão, o referido prazo ficará suspenso até que a **CONTRATADA** solucione a questão.

Parágrafo Sexto

Independentemente de solicitação, a **FINAME** poderá convocar a **CONTRATADA** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na Proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à **CONTRATADA** apresentar as informações solicitadas pela **FINAME**.

Parágrafo Sétimo

O reajuste e revisão de preços serão formalizados, respectivamente, por apostilamento, informado à **CONTRATADA** através de carta, e por aditamento ao **CONTRATO**, ressalvada a hipótese de o reajuste coincidir com alguma alteração contratual, quando, então, será formalizado no mesmo Aditivo que tratar daquela.

Parágrafo Oitavo

As regras previstas na presente **CLÁUSULA** não se aplicam às despesas com postagem do Comunicado REFIN ao devedor e/ou coobrigado que deverão ser pagas à **CONTRATADA**, dado que estes valores podem sofrer variações por força de modificações da Tabela de Preços e política de reajuste dos Correios "Postagem nacional", vigente no mês do faturamento do respectivo reembolso.

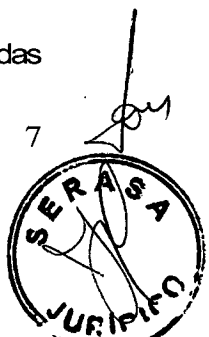
CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus **ANEXOS I e II**, ou em lei, particularmente na Lei nº 8.666/93, constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. Manter durante a vigência do **CONTRATO** todas as condições de habilitação exigidas

CONTRATO OCS Nº 495/2014

Cesar Santos Rodrigues
Advogado
AA/DEJUR/GEJUR2



quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pela **FINAME**, com destaque para a regularidade perante a Receita Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS), a Seguridade Social (CND-INSS) e a Justiça do Trabalho (CNDT);

- II. Comunicar a imposição de qualquer penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a **FINAME**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a inexigibilidade de licitação;
- III. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **FINAME** relacionados ao objeto desta contratação administrativa, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da respectiva solicitação;
- IV. Assegurar que seus equipamentos estarão disponíveis para atendimento às necessidades da **FINAME**, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, em até 97% (noventa e sete por cento) do período considerado para faturamento, excluídas as paradas programadas, os casos fortuitos e de força maior;
- V. Atender aos chamados de intervenção técnica da **FINAME** relacionados ao objeto do **CONTRATO**, desde que sejam de sua responsabilidade.
- VI. Comunicar a **FINAME** sobre qualquer falha ou problema técnico que prejudique ou impeça o cumprimento dos serviços;
- VII. Corrigir quaisquer falhas verificadas na execução do objeto, sem qualquer ônus adicional, nos prazos estipulados quando da sua comunicação, se outro prazo não estiver expressamente previsto no **CONTRATO** para situações específicas, cumprindo todas as determinações da **FINAME**.
- VIII. Reparar todos os danos e prejuízos causados à **FINAME** ou a terceiros, decorrentes de conduta culposa na execução contratual, não restando excluída ou reduzida essa responsabilidade pela fiscalização e pelo acompanhamento feito pela **FINAME**, observando-se, porém, que:
 - a) a realização ou não de quaisquer negócios jurídicos entre a **FINAME** e seus clientes e eventuais perdas e danos que qualquer deles e/ou terceiros possam vir a pleitear, quer judicial, quer extrajudicialmente, não são de responsabilidade da **CONTRATADA**; e
 - b) ressalvada a hipótese de ter laborado com culpa exclusiva, a **CONTRATADA** não assume responsabilidade por perdas e danos que se originem das informações prestadas.

CONTRATO OCS Nº 495/2014


Cesar Santos Rodrigues
Advogado
AA/DEJUR/GEJUR2

8



- IX. Pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto desta contratação administrativa, podendo a **FINAME**, a qualquer momento, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade;
- X. Obedecer às instruções e aos procedimentos, estabelecidos pela **FINAME** para a adequada execução do **CONTRATO**;
- XI. Realizar as comunicações com a **FINAME** por escrito, via e-mail, carta ou fax;
- XII. Designar 1 (um) empregado e 1 (um) substituto como responsáveis pelo **CONTRATO**, para participarem de eventuais reuniões e serem os seus interlocutores com a **FINAME**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;
- XIII. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto contratual pelo Gestor indicado no inciso I da **CLÁUSULA OITAVA** ou profissional por ele designado, inclusive em relação às suas instalações (*data centers*), desde que tenham relação com o objeto a ser executado e que seja solicitado à área de Governança de TI da **CONTRATADA**, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência;
- XIV. Observar o Código de Ética das empresas do Sistema BNDES, do qual faz parte a **FINAME**, vigente ao tempo da contratação, o qual deverá ser consultado no site www.bndes.gov.br ou requisitado ao Gestor do **CONTRATO**, assegurando-se de que seus representantes legais e que todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios nele constantes; e
- XV. Guardar sigilo com relação às informações recebidas em razão do objeto do **CONTRATO**, exceto quanto àquelas cuja divulgação integre a presente contratação, inclusive após o término da relação contratual, cumprindo e obedecendo a Política Corporativa de Segurança da Informação da **FINAME**.

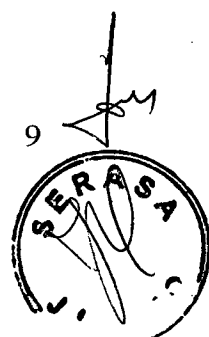
CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA FINAME

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus **ANEXOS I e II** ou em lei, particularmente na Lei nº 8.666/93, constituem, ainda, obrigações da **FINAME**:

- I. Designar como Gestor do **CONTRATO** o empregado Humberto Freitas Aguiar e, como seu substituto, o empregado Carlos Alberto de Souza, cabendo-lhes a avaliação da prestação dos serviços, a liquidação das despesas, o atestado de cumprimento das obrigações assumidas, consoante as disposições do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e a fiscalização direta de sua execução;

CONTRATO OCS Nº 495/2014

Cesar Santos Rodrigues
Advogado
AA/DEJUR/GEJUR2



- II. Realizar, quando conveniente, a substituição dos Gestores indicados no inciso anterior por outro profissional, mediante e-mail, carta ou fax endereçada à **CONTRATADA**;
- III. Colocar à disposição da **CONTRATADA** todas as informações necessárias para a perfeita execução dos serviços objeto do **CONTRATO** e entregar à **CONTRATADA** a Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI) e o Código de Ética da **FINAME**;
- IV. Responsabilizar-se pela exatidão, veracidade e atualização dos dados remetidos à **CONTRATADA**;
- V. Reconhecer que as políticas ou os processos recomendados pela **CONTRATADA**, por meio da informação relativa ao risco de crédito e/ou de inconsistência comercial, têm caráter meramente sugestivo, competindo exclusivamente à **FINAME** a responsabilidade pela definição das políticas a serem adotadas, bem como pela decisão de incluir, excluir ou não incluir devedores e seus coobrigados;
- VI. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito:
- a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados com o **CONTRATO**;
 - b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de conduta da **CONTRATADA** que implique em eventual inadimplemento contratual e/ou inobservância de preceitos legais, concedendo-lhe prazo para a defesa; e
 - c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos do **CONTRATO**;
- VII. Não realizar as seguintes medidas:
- a) utilizar as informações obtidas para constranger ou coagir, de qualquer maneira que seja, o titular do documento consultado ou, ainda, como justificativa para atos que violem ou ameacem interesses de terceiros;
 - b) vender, repassar ou estabelecer convênio de repasse de informações com outras empresas, especialmente aquelas que prestam serviços de informações ou assemelhados, salvo mediante prévia e expressa autorização da **CONTRATADA**, a qual jamais será presumida;
 - c) reproduzir qualquer página ou tela com dados de propriedade da **CONTRATADA**, inclusive as constantes em seu site, ou dos manuais, ou de qualquer outro regulamento; e

43
13

- d) utilizar o módulo de serviços SISCONVEM para obter informações de pessoas naturais ou jurídicas com outra finalidade que não a prevista no **CONTRATO**, responsabilizando-se integralmente e com exclusividade perante seus clientes e/ou terceiros quanto à utilização das informações disponibilizadas e respondendo por perdas e danos que possam eventualmente originar-se dessa utilização.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO E DE DIREITOS

Este **CONTRATO** obrigará e disciplinará os contratantes e seus sucessores, não podendo nenhum deles ceder ou transferir o **CONTRATO** ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente **CONTRATO** e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá, necessariamente, a cláusula “Não à Ordem”, retirando-lhe o caráter de circularidade, eximindo-se a **FINAME**, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente **CONTRATO** e, em hipótese alguma, a **FINAME** aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, imediatamente, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pela **FINAME** ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais e/ou legais, sem motivo justificado, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades:

- I. Advertência;
- II. Multa de até 5% (cinco por cento), apurada de acordo com a gravidade da infração, incidente sobre o valor total do **CONTRATO**;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **FINAME**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado em razão da natureza e da gravidade da infração cometida.

Parágrafo Primeiro

As penalidades indicadas nesta **CLÁUSULA** somente poderão ser aplicadas em procedimento administrativo prévio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 8.666/1993.

CONTRATO OCS Nº 495/2014

Cesar Santos Rodrigues
Advogado
AA/DEJUR/GEJUR2

11



Parágrafo Segundo

A imposição das sanções previstas nesta **CLÁUSULA** não impede a rescisão unilateral do **CONTRATO** pela **FINAME**, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVIII, do art. 78, da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro

A sanção prevista no inciso II, do *caput*, desta **CLÁUSULA** poderá ser aplicada cumulativamente com as demais.

Parágrafo Quarto

A multa aplicada à **CONTRATADA** e os prejuízos causados à **FINAME** serão deduzidos de quaisquer créditos a ela devidos, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido:

- I. Por ato unilateral da **FINAME**, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, por escrito, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na **CLÁUSULA** anterior;
- II. Por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para a **FINAME**, com antecedência de 30 (trinta) dias; e
- III. Por via judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o **CONTRATO**, nos termos dos incisos I ao XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, a **CONTRATADA** responderá por eventuais perdas e danos e sujeitar-se-á às penalidades decorrentes do **CONTRATO**, apuradas em procedimento administrativo, bem como às consequências previstas no art. 80 da Lei nº 8.666/1993, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, observando-se, ainda, o disposto no art. 79, §2º, da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este **CONTRATO** representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

O Projeto Básico e a Proposta da **CONTRATADA** integram o presente **CONTRATO**, consistindo, respectivamente, em seus **ANEXOS I e II**.

Parágrafo Segundo

Havendo divergências ou conflitos de interpretação entre as disposições contratuais e de seus **ANEXOS**, prevalecerá o disposto no **CONTRATO** e na legislação em vigor.

Parágrafo Terceiro

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do **CONTRATO** não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste **CONTRATO**, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As folhas deste **CONTRATO** são rubricadas por Cesar Santos Rodrigues, advogado do **BNDES**, por autorização dos representantes legais que o assinam.

Firmam o presente, redigido em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 07 de ABRIL de 2015.



Francisco Eduardo Santos Rizzo

Francisco Eduardo Santos Rizzo
Chefe de Departamento
AA/DEPAD

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – FINAME

Hamilton Baez de Brito e Silva

Hamilton Baez de Brito e Silva
CPF: 153.136.818-26

Manoel Oliveira do Santos M. Souza

Manoel Oliveira do Santos M. Souza
CPF: 110.150.487-05

Testemunhas:


Julia Maria Pires Zuc Nedden

Nome/CPF
JULIA MARIA PIRES ZUC NEDDEN
086 243427-20

Cesar Santos Rodrigues

Cesar Santos Rodrigues
Advogado
AA/DEJUR/GEJUR2


CONTRATO OCS Nº 495/2014


Cartório Gustavo Bandeira
 8º Ofício de Notas

RUA DA ASSEMBLEIA N. 114, SUB-SOLO - CENTRO - TEL: (21) 2463-2958
 RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011901
 WWW.8OFICIO.COM.BR

089391
AA011204

Reconheço por semelhança a firma de: **CLEITON RICARDO ZIEMBOVICZ**
 Cod: X0000017216
 Rio de Janeiro, 07 de abril de 2015. Conf. por: **8º Ofício de Notas - RJ**
 Em testemunho da verdade. **Sidnei dos Santos Caruso** 4.47
 Total Escrivente : 6.05
 EAW-60825 OJE Consulte em <https://www3.ctps-7476110/Serie040-RJ>


Cartório Gustavo Bandeira
 8º Ofício de Notas

RUA DA ASSEMBLEIA N. 114, SUB-SOLO - CENTRO - TEL: (21) 2463-2958
 RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011901
 WWW.8OFICIO.COM.BR

089391
AA011206

Reconheço por semelhança a firma de: **HAMILTON BAEZ DE BRITO E SILVA**
 Cod: X00000172164
 Rio de Janeiro, 07 de abril de 2015. Conf. por: **8º Ofício de Notas - RJ** 4.47
 Em testemunho da verdade. **Sidnei dos Santos Caruso** 1.58
 Total Escrivente : 6.05
 EAW-60827 NEJ Consulte em <https://www3.ctps-7476110/Serie040-RJ>

PROJETO BÁSICO

I. APRESENTAÇÃO

O presente **PROJETO BÁSICO** apresenta informações detalhadas a respeito do produto e dos serviços objeto de contratação e aponta, ainda, as referências que devem ser adotadas para sua execução.

Para os fins deste **PROJETO BÁSICO**, entende-se por **CONTRATANTE** a **AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.660.564/0001-00, e, por **CONTRATADA**, a **SERASA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 62.173.620/0001-80.

II. OBJETO

O objeto da contratação administrativa a ser realizada é a prestação, pela **CONTRATADA**, dos seguintes serviços:

1. Fornecimento de módulo de serviços *on-line* e/ou Internet **SISCONVEM** – Sistema de Manutenção de Dados de Convênios, destinado a permitir a inclusão, exclusão e consulta de anotações relativas às dívidas vencidas e não pagas contraídas por devedores do **CONTRATANTE** e seus coobrigados, no banco de dados **REFIN** – Pendências Bancárias, que reúne informações sobre inadimplência, compartilhadas por outras instituições financeiras e equiparadas, dentre outras funcionalidades¹;

1.1. Controle da manutenção da inscrição dos devedores da **CONTRATANTE** pelo prazo máximo permitido em bancos de dados desta natureza, de acordo com o que definido atualmente pelo direito positivo² e pela Súmula 323 do Superior Tribunal de Justiça³ e/ou outras disposições que venham a lhes suceder; e

2. Notificação formal e escrita dos devedores cujas anotações de inadimplência sejam realizadas pela **CONTRATANTE** (Carta-comunicado)⁴.

¹ Uma das importantes funcionalidades é o Concentre Ofício - Sisconvem Internet, que consiste na disponibilização de documento, com a finalidade de prestar atendimento judicial e outras, contendo informação detalhada sobre anotações de pessoa física ou jurídica que constem ou já tenham constado em banco de dados da **CONTRATADA**.

² Segundo o art. 43, § 1º do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), sobre o prazo de permanência em cadastros e listas restritivas: "Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos".

³ Cf. Súmula 323 do STJ: "A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de cinco anos, independentemente da prescrição da execução" (Redação do enunciado da Súmula alterada na sessão ordinária de 25.11.2009, em deliberação da Segunda Seção do STJ).

⁴ Cf. Súmula 359 do STJ: "Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição" (enunciado aprovado pela Segunda Seção do STJ, na sessão ordinária de 13.08.2008).

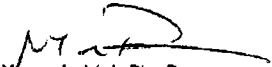
III. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICO-FUNCIONAIS DO OBJETO

1. Fornecimento de módulo de serviços (SISCONVEM)

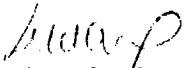
1.1. A CONTRATADA disponibilizará o módulo de serviço atualmente denominado SISCONVEM, ou outro que venha a substituí-lo, nos meios Internet e *on-line*, para transmissão eletrônica de dados fornecidos pela CONTRATANTE à base de dados REFIN – Pendências Bancárias, que reúne informações sobre inadimplência, compartilhadas por outras instituições financeiras e equiparadas, juntamente com o manual do produto contendo os conceitos e instruções para acesso e uso do sistema.


1.1.1. Este módulo de serviço apresenta como funcionalidade a realização das seguintes operações *real-time*, com garantia da integridade da transmissão dos dados à referida base de dados:

- a) solicitação de inclusão de devedores da CONTRATANTE e seus coobrigados, com o preenchimento dos dados requeridos nos campos correspondentes;
- b) solicitação de inclusão de devedores da CONTRATANTE e não-inclusão de coobrigados, com o preenchimento dos dados requeridos nos campos correspondentes;
- c) solicitação de exclusão de devedores da CONTRATANTE e/ou coobrigados, com o preenchimento dos dados requeridos nos campos correspondentes;
- d) consulta interativa de todas anotações relativas às dívidas vencidas e não pagas de devedores da CONTRATANTE e coobrigados em um determinado período;
- e) pesquisa específica e detalhada de anotações relativas às dívidas vencidas e não pagas de devedores da CONTRATANTE e coobrigados;
- f) pedido de Informações Gerenciais, com disponibilização das seguintes opções de apoio, bem como outras que venham a ser adicionadas:
 - extratificação das anotações: consulta/impressão do extrato mensal, contendo as quantidades de anotações incluídas e excluídas no mês em referência;
 - dados cadastrais do participante do convênio: verificação dos dados cadastrais informados no momento da adesão ao convênio REFIN;
 - mensagem cadastrada nas Cartas-Comunicado: visualização de informação sobre telefone/endereço apresentados nas Cartas-Comunicado aos devedores; e


Marcos André de Dios Romar
Chefe de Departamento – AC/DESUB


Humberto Félix Aguiar
Coordenador de Serviço – AC/DEREC


Luciane Costa Carpena
Chefe de Departamento – AC/DEREC


Cesar Roberto
Gerente
LA/DEJUR/CEJUR

- emissão de Concentre Ofício: disponibilização de documento, com a finalidade de prestar atendimento judicial e outras, contendo informação detalhada sobre anotações de pessoa física ou jurídica que constem ou já tenham constado em banco de dados da CONTRATADA.

1.1.2. Para a devida utilização deste módulo de serviço, a CONTRATANTE deverá fornecer, a seu cargo, os terminais e as linhas de comunicação de dados e de telefonia.

1.1.3. As informações sobre inadimplemento poderão, ainda, servir de insumo para outras bases de dados e/ou produtos da CONTRATADA, como CONCENTRE, CREDIT BUREAU, RELATO, ACHEI-RECHEQUE E CREDIT RATING, dentre outros.

1.2. O primeiro acesso ao serviço se dará mediante a criação de “Conta-Logon” e o cadastramento de senha de uso pessoal, intransferível e de conhecimento exclusivo de cada usuário, assim entendido como empregado(s) e preposto(s) autorizado(s) da CONTRATANTE.

1.2.1. A CONTRATANTE deverá solicitar, formalmente, à CONTRATADA, uma “Conta-Logon” para cada usuário, mediante preenchimento e assinatura de carta de adesão, conforme modelo a ser fornecido, mencionando os *logons* autorizados a efetuar as transações, que deverá disponibilizá-la em até 02 (dois) dias úteis, a contar da solicitação.

1.2.2. O cadastramento das senhas deve ser realizado exclusivamente pela CONTRATANTE em local próprio disponibilizado no sítio institucional da CONTRATADA, por intermédio de seus empregados e/ou prepostos, sem a intervenção da CONTRATADA.

1.2.2.1. A CONTRATANTE responsabiliza-se, por si, seus empregados e/ou prepostos, pelo resguardo de suas senhas, não as repassando a terceiros, inclusive à CONTRATADA, sob qualquer hipótese.


1.2.2.2. Sempre que houver necessidade, a CONTRATANTE poderá solicitar, formalmente, à CONTRATADA, a reinicialização do processo de cadastramento das respectivas senhas.

1.2.3. Com vistas a garantir a necessária segurança na utilização das senhas, a CONTRATADA reserva-se o direito de, independentemente de prévio aviso, suspender “Conta-Logon” que não tenha registrado atividade por período superior a 06 (seis) meses, contado da última utilização, ou, ainda, reinicializar o processo de cadastramento de novas senhas, devendo em todos os casos comunicar imediatamente a CONTRATANTE.


Marcos André de Dios Romar
Chefe de Departamento – AC/DESUB


Humberto Freitas Aguiar
Coordenador de Serviço – AC/DEREC


Luciane Costa Carpena
Chefe de Departamento – AC/DEREC


Cesar Roberto Rodrigues
Gerente
AC/DEREC

1.2.4. A CONTRATADA poderá, ainda, oferecer à CONTRATANTE “Conta(s)-Logon - Master” para acesso ao sistema de gestão do objeto da presente contratação, pela(s) qual(is) se poderá consultar as faturas emitidas, obter demonstrativos das consultas realizadas, controlar o protocolo de recebimento das demais “Contas-Logon”, bem como ter acesso, ainda, a outras funcionalidades supervenientes disponibilizadas pela CONTRATADA.

1.3. Os critérios que regem a inclusão, exclusão e não inclusão de anotações de inadimplência no REFIN – Pendências Bancárias serão estabelecidos internamente pela CONTRATANTE, a quem cabe zelar exclusivamente pela veracidade, exatidão e atualização destes apontamentos, bem como se responsabilizar por perdas e danos eventualmente daí originados.

1.4. As solicitações de inclusão, exclusão e não inclusão de anotações de inadimplência no REFIN – Pendências Bancárias, por intermédio do SISCOVEM, devem ser comandadas por iniciativa da CONTRATANTE.


1.4.1. A CONTRATADA poderá, a seu critério, transcrever em meio físico, quando houver necessidade, todos os dados relativos a títulos ou dívidas vencidos e não pagos que a CONTRATANTE tenha lhe comunicado para anotação em seu banco de dados.

1.4.2. A solicitação de inclusão de anotações de inadimplementos somente será aprovada em caráter definitivo após o prazo de 10 (dez) dias, contados da emissão da Carta-comunicado para o endereço fornecido pela CONTRATANTE, na forma descrita no item 2 deste Capítulo.

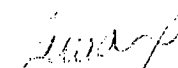
1.4.2.1. A aprovação da solicitação de inclusão de anotação implicará em disponibilização da informação sobre a inadimplência no REFIN – Pendências Bancárias, bem como em outras bases de dados, sendo acessível a qualquer usuário de produtos oferecidos pela CONTRATADA.


1.4.2.2. Caso o pagamento da dívida seja realizado até o prazo de 10 (dez) dias contados da emissão da Carta-comunicado, a CONTRATANTE deverá informar tal fato à CONTRATADA, que não processará, em caráter definitivo, a solicitação anterior de inclusão da anotação de inadimplência, não acarretando a consequência descrita no subitem anterior.

1.4.3. Cabe à CONTRATANTE interromper o comando de inclusão de anotações de inadimplemento na hipótese de superveniência de legislação ou decisão judicial impeditiva, ou, ainda, proceder à exclusão das anotações de inadimplemento cujos titulares, por qualquer motivo, não devam figurar no REFIN – Pendências Bancárias.


Marcos André de Dios Romar
Chefe de Departamento – AC/DESUB


Humberto Freitas Aguiar
Coordenador de Serviço – AC/DEREC


Luciane Costa Carpena
Chefe de Departamento – AC/DEREC


Cesar Augusto
Chefe de Departamento – AC/DEREC

23
10

1.4.3.1. A CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA da ocorrência de qualquer das hipóteses descritas neste subitem.

1.5. Os documentos comprobatórios das inadimplências, cujas solicitações de registro no REFIN – Pendências Bancárias sejam realizadas pela CONTRATANTE, deverão ser conservados pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

1.6. A CONTRATADA deverá monitorar as inscrições de anotações de pendências financeiras contraídas por devedores e coobrigados da CONTRATANTE lançadas no REFIN – Pendências Bancárias, no caso de inadimplemento persistente, zelando para que não ultrapassem a permanência pelo prazo máximo permitido em serviços/bancos de dados desta natureza, de acordo com o que definido atualmente pelo direito positivo e pela Súmula 323 do Superior Tribunal de Justiça e/ou outros prazos que venham a ser estabelecidos.

1.6.1. Este monitoramento deve alcançar também os sistemas, bancos de dados e produtos relacionados oferecidos pela CONTRATADA, bem como por suas subsidiárias, parceiros e afins.

1.6.2. Transcorrido o prazo mencionado em 1.6, a CONTRATADA deverá excluir automaticamente o devedor e/ou coobrigado do banco de dados REFIN – Pendências Bancárias, independentemente da formulação de pedido pela CONTRATANTE.

1.7. Para observância da Política de Segurança para execução do objeto a ser contratado, com base no acesso à base de dados da CONTRATADA, devem ser adotadas pela CONTRATANTE, as seguintes práticas:

a) a instalação e a atualização rotineira de antivírus nos equipamentos dos usuários e nos servidores, de “FIREWALL” (sistema ou combinação de sistemas que proteja a rede contra invasões externas e acessos não autorizados), e de “antispyware” (programa para evitar que um software “espião” - “spyware” - seja instalado na máquina de usuário e capture informações sobre os seus hábitos de navegação ou mesmo outros dados, enviando-os para terceiros quando da conexão à internet);

b) a verificação do remetente e a abertura de arquivos que tenham sido encaminhados por pessoas conhecidas e verificados pelos antivírus e “antispyware”; e

c) a vedação de acesso a link enviado por e-mail para sites cujo conteúdo seja desconhecido ou suspeito de conter software malicioso.

1.7.1. Caso não sejam observadas as diretrizes deste subitem, a CONTRATANTE assumirá exclusivamente todo e qualquer dano decorrente dessa inobservância.

2. Notificação formal e escrita dos devedores e seus coobrigados cujas anotações de inadimplência sejam realizadas pela CONTRATANTE (Carta-comunicado)

2.1. Como parte integrante do objeto desta contratação, a CONTRATADA enviará, por via postal, Carta-comunicado a todas as pessoas físicas e jurídicas, devedores e/ou coobrigados, cujas anotações de inadimplência sejam incluídas pela CONTRATANTE.

2.1.1. A CONTRATANTE poderá solicitar a inclusão, na Carta-comunicado, de boleto bancário com o valor da dívida vencida e não paga.

2.1.2. A CONTRATANTE, com o escopo de possibilitar a correta destinação da correspondência pela CONTRATADA, informará o endereço completo das pessoas físicas e jurídicas que venha a incluir no REFIN - Pendências Bancárias, por intermédio do SISCONVEM.

2.2. A CONTRATANTE reembolsará, mensalmente, à CONTRATADA, os custos decorrentes da postagem de cada correspondência encaminhada aos seus devedores, conforme Tabela de Preços e política de reajustes dos Correios “Postagem Nacional”, vigente no mês de faturamento do respectivo reembolso, acrescidos dos encargos fiscais.

IV. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

1. A CONTRATADA assegura que os seus equipamentos estarão disponíveis para atendimento às necessidades da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, em até 97% (noventa e sete por cento) do período considerado para faturamento, excluídas as paradas programadas, os casos fortuitos e de força maior.

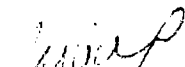
2. Para viabilizar o Suporte Técnico, a CONTRATADA disponibilizará central de serviço telefônico (*Callcenter*).


V. PRAZOS

O Contrato a ser firmado deverá vigorar pelo prazo de 30 (trinta) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, *caput* e seu inciso II da Lei nº 8.666/93.


Marcos André de Dios Romar
Chefe de Departamento – AC/DESUB


Humberto Freitas Aguiar
Coordenador de Serviço – AC/DEREC


Luciane Costa Carpena
Chefe de Departamento – AC/DEREC


Carlos Roberto Pereira
Chefe de Departamento – AC/DESUB

VI. LOCAIS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O objeto será executado mediante disponibilização de Contas-Logon e cadastramento de senhas para consulta à base de dados da CONTRATADA, que poderá ser acessada diretamente das próprias dependências da CONTRATANTE, no Rio de Janeiro (Av. República do Chile nºs 100 e 330, Centro, Rio de Janeiro/RJ), nos moldes descritos no Capítulo III.

VII. PREÇO

1. Valores praticados pelos serviços objeto desta contratação:

Segundo os valores constantes da proposta apresentada em dezembro de 2014, foi negociado um custo mensal correspondente à taxa de administração do produto no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), valor este bastante inferior ao normalmente praticado, tendo em vista que já se encontra formalizado outro contrato para fornecimento do mesmo produto/serviço, porém destinado a atender o BNDES⁵.

Haverá, ainda, um custo unitário relativo tanto à inclusão, no REFIN – Pendências Bancárias, de anotação de pendência bancária em nome do devedor/coobrigado no valor de R\$ 0,79 (setenta e nove centavos), como da consequente emissão de comunicado postal no valor de R\$ 1,25⁶ (um real e vinte e cinco centavos).

Além disto, este módulo de serviços a ser contratado permite a utilização do serviço denominado Concentre Ofício - SISCONVEM Internet, consistente na disponibilização de "carta formal" com a comprovação das inclusões/exclusões, na base de dados da SERASA, de devedores pelos clientes, para fins judiciais, a um preço unitário de R\$ 23,61 (vinte e três reais e sessenta e um centavos).

2. Estimativas de utilização do serviço:

Considerando que o estoque de operações inadimplentes, tanto no AC/DESUB e no AC/DEREC, quanto no AJ/DECOP, já foi incluído na Serasa, e que a base de dados dos devedores já incluídos será mantida, as futuras inclusões ficarão basicamente restritas a novas operações declaradas em curso

⁵ Trata-se do Contrato OCS nº 21/2014, resultante do procedimento de inexigibilidade de licitação nº 007/2014, publicado no D.O.U., seção 3, pág. 199, de 30/01/2014, autorizado pelo Diretor da Área de Crédito do BNDES, manifestada em 14/01/2014, no âmbito da IP AC/DESUB nº 01/2014. Neste caso, a taxa de administração apresentada em proposta comercial da SERASA para o BNDES foi de R\$ 785,00 (setecentos e oitenta e cinco reais), sendo este o valor normalmente praticado com outros clientes entidades públicas, conforme demonstrado naquele procedimento.

⁶ Valor apresentado na proposta de serviço atualizada em setembro/2014, correspondente aos valores de postagem previstos na Tabela de Preços e política de reajustes dos Correios "Postagem Nacional", vigente no mês de faturamento do respectivo reembolso, acrescidos dos encargos fiscais.

problemático.

Neste sentido, dado que o número estimado de inclusões no SISCONVEM de anotações de pendências financeiras dos devedores do BNDES seria de 1000 (um mil), para o período de um ano, considerando-se o último ano de prorrogação do contrato anterior do produto/serviço, bem como uma previsão adicional calculada com base nas classificações de risco dos agentes financeiros com exposição inferior a B+⁷, ambos fatores acrescidos de uma margem de segurança, seria razoável estimar o mesmo número para a contratação deste produto/serviço para a FINAME.

Assim, dentro do prazo de vigência previsto para 30 (trinta) meses, esta estimativa alcançaria até 2.500 (duas mil e quinhentas) inclusões de anotações de pendências financeiras dos devedores e coobrigados da FINAME. Cabe registrar, adicionalmente, que somente se pagará pelas inclusões de anotação efetivamente realizadas.

Com relação ao serviço Concentre Ofício - SISCONVEM Internet, constatou-se que não houve demanda em relação às anotações processadas no período de prorrogação contratual anterior. No entanto, como margem de segurança, deve-se fazer uma previsão de eventual utilização, sendo razoável uma estimativa de 5% (cinco por cento) do total de inscrições a serem processadas.

3. Valor global projetado

3.1. Considerando-se os valores apresentados na proposta pela CONTRATADA, mencionados no item 1 deste Capítulo, estima-se um valor global de até R\$ 14.051,25 (quatorze mil, cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos), pelo período básico de 30 (trinta) meses, a seguir demonstrado:

a) um valor total fixo de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), correspondente a 30 (trinta) prestações mensais de R\$ 200,00 (duzentos reais) cada, a ser pago a título de taxa de administração, independentemente da utilização dos demais serviços;

b) um valor variável de até R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais), correspondente a um total estimado de até 2.500 (duas mil e quinhentas) inclusões processadas ao valor unitário de R\$ 2,04 (dois reais e quatro centavos) durante o prazo do Contrato, compreendendo o valor de R\$ 0,79 (setenta e nove centavos) relativo à anotação REFIN – Pendências Bancárias e R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos), pertinente a despesas com postagem do Comunicado REFIN ao devedor, sendo que este último, por ser um mero repasse do valor cobrado da

⁷ Este fator considerado se justifica pelo atendimento de eventual situação de inadimplência relacionada à sub-rogação decorrente da liquidação extrajudicial, intervenção ou, ainda, de Regime de Administração Especial Temporária (RAET) de agentes financeiros credenciados das empresas do Sistema BNDES.

CONTRATADA pelos Correios pode sofrer variações em decorrência do reajuste desta tabela dos valores contratuais; e

c) um valor variável de até R\$ 2.951,25 (dois mil, novecentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos), correspondente ao serviço Concentre Ofício - Sisconvem Internet, para o fornecimento de até 125 (cento e vinte e cinco) "cartas formais" comprobatórias da inclusão ou exclusão do devedor ou coobrigado, em determinada data, para apresentação em juízo, ao custo unitário de R\$ 23,61 (vinte e três reais e sessenta e um centavos), estimado em 5% (cinco por cento) do total de inscrições previstas a serem processadas no período contratual.

3.2. Nos valores mencionados no item anterior deste Capítulo já estão computados todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto desta contratação, inclusive encargos fiscais e parafiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a ser devidos pela CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE quaisquer custos adicionais.

3.3. Caso a CONTRATANTE não demande o total dos serviços previstos no item 3.1 deste Capítulo não será devida indenização.

VIII. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO


1. O valor mencionado no item "a" do item 3.1 do Capítulo VII deverá ser pago mensalmente, independentemente do registro ou não de anotações no REFIN – Pendências Bancárias pelo SISCONVEM.

2. Os valores variáveis, mencionados nos itens "b" e "c" do item 3.1 do Capítulo VII, serão apurados mensalmente, de acordo com a quantidade efetivamente demandada para o período, a ser verificada pelo Gestor do Contrato.


3. Os custos decorrentes de postagem de cada Carta-comunicado encaminhada aos endereços dos devedores e/ou coobrigados, na forma do item 2 e subitens do Capítulo III, serão mensalmente reembolsados pela CONTRATANTE, conforme Tabela de Preços e política de reajuste dos Correios "Postagem nacional", vigente no mês do faturamento do respectivo reembolso, já incluídos os encargos fiscais.

4. A CONTRATADA entregará no protocolo da CONTRATANTE, no mínimo duas vias da nota fiscal/fatura referente ao objeto do Contrato, fazendo constar, obrigatoriamente, o nome do(s) serviço(s) a que se refere(m):


Marcos André de Dios Romar
Chefe de Departamento – AC/DESUB


Humberto Freitas Aguiar
Coordenador de Serviço – AC/DEREC


Luciane Costa Carpena
Chefe de Departamento – AC/DEREC


Jorget Carlos Rodrigues
Gerente
AC/DEREC

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

CNPJ nº 33.660.564/0001-0

PROTOCOLO GERAL DO BNDES – TÉRREO

AV. REPÚBLICA DO CHILE, Nº 100

CEP 20.031-917 – RIO DE JANEIRO/RJ

4.1. Deverão também constar deste documento o valor correspondente às inclusões realizadas no mês, bem como aos reembolsos pertinentes à postagem das respectivas correspondências.

4.2. Deverão acompanhar a Nota Fiscal/Fatura as Certidões Negativas ou Positivas com Efeitos de Negativa exigidas quando da contratação.

4.3. A CONTRATANTE poderá, a seu critério, fazer ajuste *pro rata* no início do Contrato, de forma que a CONTRATADA possa emitir a nota fiscal/fatura no ultimo dia útil do mês em que foi realizada a prestação do serviço.

5. O pagamento do valor total, correspondente à taxa mensal de administração, acrescido dos valores variáveis a serem pagos pelas inclusões de anotações por ela efetivadas no mês imediatamente anterior e por outras funcionalidades do SISCONVEM utilizadas deste período, além do reembolso das postagens, será efetuado pela CONTRATANTE, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de apresentação da nota fiscal/fatura mencionada no item 4 deste Capítulo, pelas consultas e serviços prestados no referido mês, ficando condicionado à aprovação do cumprimento dos serviços contratados pelo(s) Gestor(es) do Contrato.

5.1. Qualquer erro ou omissão que venha a constar da nota fiscal/fatura será objeto de correção pela CONTRATADA, implicando em suspensão do prazo de pagamento, até que o problema seja definitivamente regularizado e não incorrendo a CONTRATANTE em qualquer penalidade.

6. No caso de não pagamento até a data do vencimento por fato não atribuível à CONTRATADA, o valor da fatura sofrerá acréscimo de 0,5% (meio por cento), a título de multa por atraso, e juros de mora, calculados *pro-rata-temporis* desde a data do inadimplemento até a do efetivo pagamento.

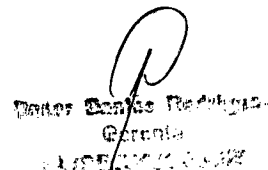
IX. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A conta razão para débito é a "ServSistFin/ServBanc – nº 3102100020" (Código de Serviço nº 3000074 – FORNECIMENTO DE DADOS - SERASA), empresa FINAME, da Unidade Orçamentária AC/DESUB (centro de custo FI23009000).


Marcos André de Dios Romar
Chefe de Departamento – AC/DESUB


Humberto Freitas Aguiar
Coordenador de Serviço – AC/DEREC


Luciane Costa Carpena
Chefe de Departamento – AC/DEREC


Daniel Santos Redondo
Gerente
AC/DEREC

X. GESTOR DO CONTRATO

O Gestor do Contrato será o empregado Humberto Freitas Aguiar e, como seu substituto, o empregado Carlos Alberto de Souza, cabendo-lhes a avaliação da prestação do serviço, a fiscalização de sua execução, a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas, consoante o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

XI. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estabelecidas no Contrato ou em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21.06.1993, constituem obrigações da CONTRATADA:

1. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pela CONTRATANTE, com destaque para a regularidade perante a Receita Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS), a Seguridade Social e a Justiça do Trabalho;
2. Comunicar a imposição de qualquer penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CONTRATANTE, bem como a eventual perda dos pressupostos para a inexigibilidade de licitação;
3. Observar, na execução do objeto do Contrato, todas as condições estabelecidas neste Projeto Básico;
4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE relacionados ao objeto desta contratação administrativa, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;
5. Assegurar que seus equipamentos estarão disponíveis para atendimento às necessidades da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, em até 97% (noventa e sete por cento) do período considerado para faturamento, excluídas as paradas programadas, os casos fortuitos e de força maior;
6. Atender aos chamados de intervenção técnica da CONTRATANTE relacionados ao objeto da contratação administrativa, desde que sejam de sua responsabilidade por meio de Central de Atendimento;
7. Comunicar a CONTRATANTE sobre qualquer falha ou problema técnico que prejudique ou impeça o cumprimento dos serviços;
8. Corrigir quaisquer falhas verificadas na execução do objeto, sem qualquer ônus adicional, nos prazos estipulados quando da sua comunicação, se outro

prazo não estiver expressamente previsto no Contrato para situações específicas, cumprindo todas as determinações da CONTRATANTE;

9. Reparar todos os danos e prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de conduta culposa na execução contratual, não restando excluída ou reduzida essa responsabilidade pela fiscalização e pelo acompanhamento feito pela CONTRATANTE, observando-se, porém, que:

a) a realização ou não de quaisquer negócios jurídicos entre a CONTRATANTE e seus clientes e eventuais perdas e danos que qualquer deles e/ou terceiros possam vir a pleitear, quer judicial, quer extrajudicialmente, não são de responsabilidade da CONTRATADA; e

b) ressalvada a hipótese de ter laborado com culpa exclusiva, a CONTRATADA não assume responsabilidade por perdas e danos que se origem das informações prestadas.

10. Pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto desta contratação administrativa, podendo a CONTRATANTE, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade;

11. Obedecer às instruções e aos procedimentos, estabelecidos pela CONTRATANTE para a adequada execução do Contrato;

12. Realizar as comunicações com a CONTRATANTE por escrito, via e-mail, carta ou fax;

13. Designar 1 (um) empregado e 1 (um) substituto como responsáveis pelo Contrato, para participarem de eventuais reuniões e serem os seus interlocutores com a CONTRATANTE, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;

14. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto contratual pelo Gestor indicado no Capítulo X ou profissional por ele designado, inclusive em relação às suas instalações (*data centers*), desde que tenham relação com o objeto a ser executado e que seja solicitado à área de Governança de TI da CONTRATADA, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência;

15. Observar o Código de Ética das empresas do Sistema BNDES, do qual faz parte a CONTRATANTE, vigente ao tempo da contratação, o qual deverá ser consultado no site www.bndes.gov.br ou requisitado ao Gestor do Contrato, assegurando-se de que seus representantes legais e que todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios nele constantes; e

16. Guardar sigilo com relação às informações recebidas em razão do objeto do



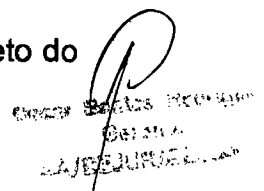
Marcos André de Dios Romar



Humberto Freitas Aguiar



Luciane Costa Carpena



Paulo Roberto de Almeida

Contrato, exceto quanto àquelas cuja divulgação integre a presente contratação, inclusive após o término da relação contratual, cumprindo e obedecendo a Política Corporativa de Segurança da Informação da CONTRATANTE.

XII. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além de outras obrigações estabelecidas no Contrato ou em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21.06.1993, constituem obrigações da CONTRATANTE:

1. Designar Gestor(es) do Contrato, a quem caberá a avaliação da prestação dos serviços, a liquidação das despesas, o atestado de cumprimento das obrigações assumidas, consoante as disposições do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e a fiscalização direta de sua execução;
2. Realizar, quando conveniente, a substituição do(s) Gestor(es) do Contrato designado(s) por outro profissional, mediante e-mail, carta ou fax endereçada à CONTRATADA;
3. Colocar à disposição da CONTRATADA todas as informações necessárias para a perfeita execução dos serviços objeto do Contrato e entregar à CONTRATADA a Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI) e o Código de Ética da CONTRATANTE;
4. Responsabilizar-se pela exatidão, veracidade e atualização dos dados remetidos à CONTRATADA;
5. Reconhecer que as políticas ou os processos recomendados pela CONTRATADA, por meio da informação relativa ao risco de crédito e/ou de inconsistência comercial, têm caráter meramente sugestivo, competindo exclusivamente à CONTRATANTE a responsabilidade pela definição das políticas a serem adotadas, bem como pela decisão de incluir, excluir ou não incluir devedores e seus coobrigados;
6. Comunicar à CONTRATADA, por escrito:
 - a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados com o Contrato;
 - b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de conduta da CONTRATADA que implique em eventual inadimplemento contratual e/ou inobservância de preceitos legais, concedendo-lhe prazo para a defesa; e
 - c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos do Contrato;
7. Não realizar as seguintes medidas:

- a) utilizar as informações obtidas para constranger ou coagir, de qualquer maneira que seja, o titular do documento consultado ou, ainda, como justificativa para atos que violem ou ameacem interesses de terceiros;
- b) vender, repassar ou estabelecer convênio de repasse de informações com outras empresas, especialmente aquelas que prestam serviços de informações ou assemelhados, salvo mediante prévia e expressa autorização da CONTRATADA, a qual jamais será presumida;
- c) reproduzir qualquer página ou tela com dados de propriedade da CONTRATADA, inclusive as constantes em seu site, ou dos manuais, ou de qualquer outro regulamento; e
- d) utilizar o módulo de serviços SISCONVEM para obter informações de pessoas naturais ou jurídicas com outra finalidade que não a prevista no Contrato, responsabilizando-se integralmente e com exclusividade perante seus clientes e/ou terceiros quanto à utilização das informações disponibilizadas e respondendo por perdas e danos que possam eventualmente originar-se dessa utilização.

XIII. RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

1. A CONTRATADA é considerada, para todos os fins e efeitos jurídicos, como única e exclusiva empregadora, afastado a CONTRATANTE, em qualquer hipótese, de qualquer responsabilidade, direta e indireta, trabalhista e previdenciária em relação aos profissionais e prepostos da CONTRATADA, respondendo exclusivamente a CONTRATADA por toda e qualquer ação trabalhista e/ou indenizatória por eles propostas, bem como pelo resultado delas.
2. A CONTRATADA obriga-se a reembolsar a CONTRATANTE de todas as despesas que esta tiver, decorrente de reconhecimento judicial ou administrativo de solidariedade ou subsidiariedade da CONTRATANTE e suas subsidiárias, no cumprimento das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias da CONTRATADA.

XIV. ÔNUS FISCAL

1. Constitui obrigação da CONTRATADA, o pagamento de todos os tributos, inclusive contribuições previdenciárias que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o Contrato ou seu objeto, podendo a CONTRATANTE, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação da regularidade fiscal.



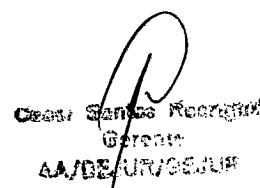
Marcos André de Dios Romar



Humberto Freitas Aguiar



Luciane Costa Carpena



Cesar Santos Rodrigues
Gerente
AC/DE/UR/DEJUR

2. A CONTRATANTE poderá descontar, de qualquer crédito da CONTRATADA, a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza, que venha a efetuar por imposição legal.

XV. GARANTIA CONTRATUAL

Será dispensada a constituição de garantia, tendo em vista o baixo valor do Contrato em cotejo com o capital social da CONTRATADA, da ordem de R\$ 145.000.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões de reais), de acordo com deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25.04.2007, cuja Ata foi publicada em 13 de junho de 2007, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, totalmente subscrito e integralizado, de acordo com o disposto no seu Estatuto Social, compreendendo uma vinculação aproximada de 0,0002% (dois décimos milésimos por cento) do seu capital social.

Além disso, por se tratar de serviço de prestação continuada e pagamento mensal, a situação de inadimplimento que porventura ocorra poderá ser controlada com maior eficiência.

XVI. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO E RENEGOCIAÇÃO DE PREÇOS

1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o art. 37, XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante revisão de preços ou reajuste de preços.

2. A revisão de preços, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/1993, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no Contrato, sendo que:

a) a CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador alegado;

b) com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da Proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor global pactuado; e

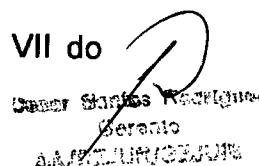
c) a CONTRATANTE examinará o requerimento e informará à CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 8.666/93.

3. O reajuste dos valores cobrados e descritos no item 3 do capítulo VII do


Marcos André de Dios Romer
Chefe de Departamento – AC/DESUB


Humberto Freitas Aguiar
Coordenador de Serviço – AC/DEREC


Luciane Costa Carpena
Chefe de Departamento – AC/DEREC


Cesar Santos Redigone
Gerente
AC/DESUB/GERENTE

presente documento, ressalvado o disposto no item seguinte, poderá ser requerido pela CONTRATADA a cada período de 12 (doze) meses, iniciando-se o primeiro deles na data de assinatura do Contrato, e os seguintes, do fato gerador anterior, sendo adotado, para cálculo dos novos valores, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no período respectivo, segundo divulgação feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.1. Esta regra de reajuste, bem como sua periodicidade, não se aplica às despesas com postagem do Comunicado REFIN ao devedor e/ou coobrigado que deverão ser reembolsadas à CONTRATADA, podendo estes valores sofrer variações por força de modificações da Tabela de Preços e política de reajuste dos Correios “Postagem nacional”, vigente no mês do faturamento do respectivo reembolso.

4. A CONTRATADA deverá solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços até a prorrogação ou encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo à data de ocorrência do fato gerador, observando-se as seguintes exceções:

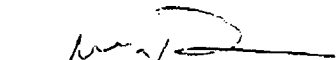
a) caso o fato gerador do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias da prorrogação ou encerramento do Contrato, a CONTRATADA terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços; e

b) caso a divulgação do índice de reajuste ocorra após a prorrogação ou encerramento do Contrato, a CONTRATADA terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da aludida divulgação, para solicitar o reajuste de preços;

5. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste e/ou a revisão de preços nos prazos fixados no item anterior, não fará jus aos efeitos retroativos, sendo a única e exclusiva responsável pelos prejuízos daí decorrentes.


6. A CONTRATANTE deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação feita pela CONTRATADA, sendo que, se houver alguma omissão ou irregularidade no pedido, especialmente no que diz respeito à comprovação dos fatos alegados como ensejadores da revisão, o referido prazo ficará suspenso até que a CONTRATADA solucione a questão.

7. Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na Proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo,


Marcos André de Dios Romer
Chefe de Departamento – AC/DESUB


Humberto Freitas Aguiar
Coordenador de Serviço – AC/DEREC


Luciane Costa Carpena
Chefe de Departamento – AC/DEREC


Paulo Sérgio Resende
Gerente
AC/DEREC

cabendo à CONTRATADA apresentar as informações solicitadas pela CONTRATANTE.

8. O reajuste e revisão de preços serão formalizados, respectivamente, por apostilamento, informado à CONTRATADA através de carta, e por aditamento ao Contrato, ressalvada a hipótese de o reajuste coincidir com alguma alteração contratual, quando, então, será formalizado no mesmo Aditivo que tratar daquela.

XVII. PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pela CONTRATANTE ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais e/ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 5% (cinco por cento), apurada de acordo com a gravidade da infração, incidente sobre o valor total do Contrato; e
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos apurado em razão da natureza e gravidade da infração cometida.

XVIII. RESCISÃO DO CONTRATO

O Contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral da CONTRATANTE, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93, por escrito, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas;
- b) por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; e
- c) por via judicial, nos termos da legislação.